

TABELA DE TARIFAS E PREÇOS

Nota Justificativa

Nos termos da Lei das Finanças Locais (Lei n.º42/98, de 6 de Agosto, alterada pela Lei n.º 87-B/1998, de 31 de Dezembro, pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril e pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto), de acordo com o princípio da autonomia financeira e patrimonial dos Municípios, podem estes cobrar tarifas e preços pela prestação e fornecimento dos seus serviços e pela concessão de alvarás e licenças efectuados ao abrigo das respectivas competências.

Cumpre, portanto, fixar as tarifas e preços a cobrar no âmbito do desenvolvimento das competências do Município de Vendas Novas, nos termos da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, e alterar, rectificar e actualizar as normas e os valores respeitantes às tarifas e preços actualmente em vigor neste Município.

CAPÍTULO I

Tarifas de ligação e abastecimento de água

Artigo 1º

(Ligação)

$$1. \text{ Ligação: TLA} = \left(\theta_i + \frac{1}{\theta_i + 0,05} \right) \times Ra \times K \times P \times \sqrt{\frac{X \times Xu}{X \times Xu + 3}}$$

TLA – Tarifa de Ligação de Água

θ_i – comprimento do ramal / m.l.

Ra – Corresponde a 70% do valor de referencia por m.l. da rede de água actualizável anualmente nos termos do ponto 6 do n.º 2 do artigo 10º do Regulamento de Taxas Urbanísticas (RTU)

K – Ponderador:

0,02 - Servido de infraestruturas e/ou abrangido pelo art.º 10.º do RTU

1,02 - Ramal a executar em zona não pavimentada

1,52 - Ramal a executar em zona pavimentada

P - ponderador

$P = 1$: Habitação

$P = 1,3$: Estado

$P = 1,2$: Comércio, Serviços

$P = 0,5$: Industria, Associações Culturais, Desportivas,

Religiosas e Instituições de Interesse Público, nomeadamente de Educação, Ensino e Juntas de Freguesia

X – numero de fracções autónomas aprovadas aquando da emissão da licença ou autorização de construção.

Xu – numero de fracções autónomas aprovadas aquando da emissão da licença ou autorização de utilização.

2. A tarifa deve ser paga pelo requerente da licença ou autorização de utilização (paga de uma só vez no momento da emissão da licença, ou quando efectivada a ligação).

3) Em caso de novos ramais, ligações provisórias, simples intervenções de substituição ou renovação dos ramais domiciliários de ligação aos sistemas públicos de distribuição de água, aplica-se a mesma tarifa (TLA) definida no número 1. do presente artigo.

Artigo 2º
(Tarifas de Abastecimento de Água)

As tarifas de abastecimento de água são compostas por uma componente fixa e por uma componente variável, sendo a tarifa fixa em função do intervalo temporal objecto de facturação (mensal) e a tarifa variável em função do volume de água fornecido durante o período objecto de facturação, com carácter progressivo.

1. Consumidores Domésticos

a) Tarifa Fixa

b) Tarifa variável:

i) - 0 a 5 m³

ii) - 6 m³ a 15 m³

iii) - 16 m³ a 25 m³

iv) - Superior a 25 m³

c) O valor final da componente variável é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão

2. Consumidores de Serviços Estatais, Empresas Públicas (C.P., E.D.P., correios, etc.) e outras entidades públicas:

a) Tarifa Fixa

b) Tarifa variável (para todo o consumo)

3. Escola Prática de Artilharia

a) Tarifa Fixa

b) Tarifa variável (para todo o consumo)

4. Consumidores de Comércio e Serviços

a) Tarifa Fixa

b) Tarifa variável (para todo o consumo)

5. Consumidores Industriais

a) Tarifa Fixa

b) Tarifa variável (para todo o consumo)

6. Consumidores de actividade desinteressada e socialmente útil

a) Tarifa Fixa

b) Tarifa variável (para todo o consumo)

7. Consumidores de Ligações Provisórias, designadamente para obras

a) Tarifa Fixa

b) Tarifa variável (para todo o consumo)

Valores
em €
2014

0,5207

0,5161

0,7913

1,0320

1,7201

1,5620

1,3761

1,0413

0,8601

1,0413

0,8601

5,2066

1,2040

1,0413

0,8601

1,0413

0,8601

Artigo 3º
(Isenções)

1. Relativamente aos consumidores domésticos, Os reformados com um rendimento "per capita" igual ou inferior a 65% do salário mínimo nacional, ficam isentos do pagamento da tarifa fixa e de um consumo de água igual ou inferior a 5m³ por mês, para um casal e a 3m³ por mês, para uma pessoa só.

2. Para poderem usufruir do benefício previsto no n.º 1., devem os interessados apresentar, obrigatoriamente, nos serviços da autarquia, todos os anos até 15 de Maio, fotocópia da declaração de rendimentos do ano anterior (IRS) acompanhada de documentação comprovativa do agregado familiar e dos rendimentos do mesmo (pensões) correspondentes ao ano corrente.

3. Na eventualidade de não estarem sujeitos a IRS, deverão apresentar documento comprovativo da isenção, emitido pela Repartição de Finanças do Concelho.

4. Os Consumidores de actividade desinteressada e socialmente útil beneficiam das seguintes isenções:

- a) Santa Casa da Misericórdia - consumo gratuito até 180m3/mês
 - b) Estrela Futebol Clube - consumo gratuito até 100m3/mês
 - c) Casa do Povo de Vendas Novas - consumo gratuito até 125m3/mês
 - d) Restantes Instituições e Organizações - consumo gratuito até 30m3/mês
5. Os consumidores de actividade desinteressada e socialmente útil deixarão de beneficiar do quantitativo fixado de água gratuito, se se verificar que a água é consumida irracionalmente ou desviada para um fim diferente. Posteriormente os quantitativos de água poderão ser alterados desde que haja uma razão justificativa.

Artigo 4º

(Tarifa de restabelecimento e transferência do serviço)

- 1) Tarifa de Restabelecimento e transferência do Serviço
- a) Restabelecimento após interrupção solicitada ou imposta
- b) Transmissão por morte ou decisão judicial

6,98

2,92

CAPITULO II

Responsabilidade por danos, roturas ou perdas nos sistemas prediais

Artigo 5º

(Responsabilidade por danos, roturas ou perdas nos sistemas prediais)

- 1. A Câmara Municipal de Vendas Novas, é responsável pelo fornecimento de água potável para consumo doméstico, comercial, industrial, público ou outro, de acordo com as normas técnicas e de qualidade definidas na legislação em vigor, assim como pelo estabelecimento, manutenção em bom estado de funcionamento e conservação dos sistemas públicos de distribuição de água.
- 2. Enquanto entidade gestora, a CMVN é igualmente responsável por promover a instalação, substituição ou renovação das redes de distribuição e os ramais de ligação dos sistemas, assim como pela aprovação das canalizações de distribuição interior e pela tomada de medidas necessárias a evitar danos nos sistemas prediais resultantes da pressão excessiva ou variação da mesma nas redes públicas de distribuição.
- 3. Os consumidores/utilizadores são responsáveis por todos os gastos de água, fugas ou perdas nas canalizações de distribuição interior e pelo uso dos respectivos dispositivos de utilização ou equipamentos dos sistemas públicos.
- 4. Em caso de verificação de situações anómalas nos sistemas prediais, por motivos fortuitos ou causas não imputáveis aos consumidores/utilizadores, devidamente comprovadas pelos serviços municipais, de que resultem danos, roturas, perdas ou excessivo consumo de água, a CMVN poderá, por decisão fundamentada, isentar parcialmente o pagamento das tarifas facturadas, aos consumidores a quem seja reconhecida insuficiência económica e aplicando a seguinte fórmula:

$$Cm + (Cf - Cm) \times 50\%$$

Cm – Consumo médio de água anualmente determinado

Cf – Consumo facturado

5. Para beneficiarem da isenção parcial prevista no número anterior, devem os requerentes efectuar o pedido, fundamentando o mesmo, acompanhado de declaração sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento e juntar documentação comprovativa do estado ou situação em que se encontrem (Declaração IRS/IRC, atestado da Junta de Freguesia, Declaração médica ou da Segurança Social), tendo por referência o Regulamento de Apoio à Reabilitação de Casas Degradadas de Famílias Carenciadas.

CAPÍTULO III **Saneamento**

SECÇÃO I **Ligações**

Artigo 6º **(Ligação de Esgotos Domésticos)**

$$1. \text{ Ligação: TLED} = \left(\theta_i + \frac{1}{\theta_i + 0,05} \right) \times Re \times K \times P \times \sqrt{\frac{X \times Xu}{X \times Xu + 3}}$$

TLED – Tarifa de Ligação de Esgotos Domésticos

θ_i – comprimento do ramal / m.l.

Re – Corresponde a 70% do valor de referencia por m.l. da rede de esgotos domésticos actualizável anualmente nos termos do ponto 6 do n.º 2 do artigo 10º do Regulamento de Taxas Urbanísticas (RTU)

K – Ponderador:

0,02 - Servido de infraestruturas e/ou abrangido pelo art.º 10.º do RTU

1,02 - Ramal a executar em zona não pavimentada

1,52 - Ramal a executar em zona pavimentada

P - Ponderador :

$P = 1$: Habitação

$P = 1,3$: Estado

$P = 1,2$: Comércio, Serviços

$P = 0,5$: Indústria, Associações Culturais, Desportivas, Religiosas e Instituições de Interesse Público, nomeadamente de Educação, Ensino e Juntas de Freguesia.

X – numero de fracções autónomas aprovadas aquando da emissão da licença ou autorização de construção.

Xu – numero de fracções autónomas aprovadas aquando da emissão da licença ou autorização de utilização.

2. A tarifa deve ser paga pelo requerente da licença ou autorização de utilização (paga de uma só vez, no momento da emissão da licença ou quando efectivada a ligação).

3) Em caso de novos ramais, ligações provisórias, simples intervenções de substituição ou renovação dos ramais domiciliários de ligação aos sistemas públicos de distribuição de esgotos domésticos, aplica-se a mesma tarifa (TLED) definida no número 1. do presente artigo.

Artigo 7º
(Ligação de Esgotos Pluviais)

$$1. \text{ Ligação: } TLEP = \left(\theta i + \frac{1}{\theta i + 0,05} \right) \times Rp \times K \times P$$

TLEP – Tarifa de Ligação de Esgotos Pluviais

θi – comprimento do ramal / m.l.

Rp – Corresponde a 70% do valor de referencia por m.l. da rede de esgotos pluviais actualizável anualmente nos termos do ponto 6 do n.º 2 do artigo 10º do Regulamento de Taxas Urbanísticas (RTU)

K – Ponderador:

0,02 - Servido de infraestruturas e/ou abrangido pelo art.º 10.º do RTU

1,02 - Ramal a executar em zona não pavimentada

1,52 - Ramal a executar em zona pavimentada

P - Ponderador :

$P = 1$: Habitação, comércio e serviços

$P = 1,3$: Estado

$P = 0,5$: Industria, Associações Culturais, Desportivas, Religiosas e Instituições de Interesse Público, nomeadamente de Educação, Ensino e Juntas de Freguesia.

2. A tarifa deve ser paga pelo requerente da licença de utilização (paga de uma só vez, no momento da emissão da licença ou quando efectivada a ligação).

3. Em caso de novos ramais, ligações provisórias, simples intervenções de substituição ou renovação dos ramais domiciliários de ligação aos sistemas públicos de distribuição de esgotos pluviais, aplica-se a mesma tarifa (TLEP) definida no número 1. do presente artigo.

SECÇÃO II

Serviço de Saneamento

Artigo 8º

Serviço de Saneamento

As tarifas de saneamento são compostas por uma componente fixa e por uma componente variável, sendo a tarifa fixa em função do intervalo temporal objecto de facturação (mensal) e a tarifa variável em função do volume de água fornecido ao consumidor em causa, durante o período objecto de facturação, com carácter progressivo.

1. Consumidores Domésticos

a) Tarifa Fixa

0,5207

b) Tarifa variável:

i) - 0 a 5 m³

0,1720

ii) - 6 m³ a 15 m³

0,2581

iii) - 16 m³ a 25 m³

0,3440

iv) - Superior a 25 m³

0,5161

c) O valor final da componente variável é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão

2. Consumidores de Serviços Estatais, Empresas Públicas (C.P., E.D.P., correios, etc.) e outras entidades públicas:	
a) Tarifa Fixa	1,0413
b) Tarifa variável (para todo o consumo)	1,0320
3. Escola Prática de Artilharia	
a) Tarifa Fixa	1,0413
b) Tarifa variável (para todo o consumo)	0,3440
4. Consumidores de Comércio e Serviços	
a) Tarifa Fixa	1,0413
b) Tarifa variável (para todo o consumo)	0,5161
5. Consumidores Industriais	
a) Tarifa Fixa	5,2066
b) Tarifa variável (para todo o consumo)	0,6881
6. Consumidores de actividade desinteressada e socialmente util	
a) Tarifa Fixa	1,0413
b) Tarifa variável (para todo o consumo)	0,3440

Artigo 9º (Isenções)

1. Os Reformados com um rendimento "per capita" igual ou inferior a 65% do salário mínimo nacional, ficam isentos do pagamento das tarifas do serviço de saneamento previstas no artigo anterior.
2. Para poderem usufruir deste benefício, devem os interessados apresentar nos serviços, obrigatoriamente todos os anos até 15 de Maio, fotocópia da declaração de rendimento do ano anterior (IRS), acompanhada de documentação comprovativa do agregado familiar e dos rendimentos do mesmo (pensões) correspondentes ao ano corrente.
3. Na eventualidade de não estarem sujeitos a IRS, deverão apresentar documento comprovativo da isenção, emitido pela Repartição de Finanças do Concelho.
4. Os cidadãos deficientes cujo o grau de invalidez premanente seja igual ou superior a 60%, naturais ou residentes no concelho, que revelem reconhecida debilidade económica, ficam isentos do pagamento das tarifas do serviço de saneamento previstas no artigo anterior;

CAPITULO IV

Tarifas por remoção de resíduos sólidos urbanos

Artigo 10º

(Remoção de resíduos sólidos)

1) Remoção de resíduos sólidos domésticos - escalões/por mês, por m3 de água consumidos:	
1 m3	
2 m3	
3 m3	0,1667
4 m3	0,1667
5 m3	0,1667
6 m3	0,2812
7 m3	0,2812
8 m3	0,2812
9 m3	0,2812
10 m3	0,2812
11 m3	0,2812
12 m3	0,2812

13 m3	0,2812
14 m3	0,2812
15 m3	0,3436
16 m3	0,3436
17 m3	0,3436
18 m3	0,3436
19 m3	0,3436
20 m3	0,3436
21 m3	0,3436
22 m3	0,3436
23 m3	0,3436
24 m3	0,3436
25 m3	0,3436
26 m3	0,3436
27 m3	0,3436
28 m3	0,3436
29 m3	0,3436
30 m3	0,3436
31 m3	0,3436
32 m3	0,3436
33 m3	0,3436
34 m3	0,3436
35 m3	0,3436
36 m3	0,4581
37 m3	0,4581
38 m3 ou mais	0,4581
2) Remoção de resíduos provenientes da actividade comercial, industrial e serviços (excluem-se os resíduos de construção, demolição e RIB's):	
a) 0 a 50m3	0,3436
b) 51 a 100m3	0,4061
c) mais de 100m3	0,4581
3) Estado e Pessoas colectivas de Direito Público	
a) 0 a 50m3	0,3749
b) 51 a 100m3	0,4269
c) mais de 100m3	0,4998
4) Outras Instituições, designadamente as Juntas de Freguesia, Associações Culturais e Desportivas, de Beneficiência, de Educação, de Ensino e outras de interesse público:	
a) 0 a 100m3	0,3436
b) mais de 100 m3	0,4061
5) Remoção de lixo domésticos e outros não previstos nos artigos anteriores, os valores serão fixados pela Câmara Municipal de harmonia com o trabalho executado.	

Artigo 11º

(Recolha de lixo esporádicos)

- 1) Recolha de lixo esporádicos - resíduos equiparados a urbanos, incluindo aparas de jardim, móveis velhos, electrodomésticos e similares (excluem-se os resíduos de construção e demolição e RIBs):
- Até 1 m3: gratuito.
 - Mais de 1 m3, por cada m3

6,1958

Artigo 12º

(Isenção)

- 1) Os reformados com um rendimento “per capita” igual ou inferior a 65% do salário mínimo nacional, ficam isentos do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos, até consumos de água até 5m3 por mês, para um casal e a 3m3 por mês, para uma pessoa só.
- 2) Para poderem usufruir deste benefício, devem os interessados apresentar nos serviços, obrigatoriamente todos os anos até 15 de Maio, fotocópia da declaração de rendimento do ano anterior (IRS) acompanhada de documentação comprovativa do agregado familiar e dos rendimentos do mesmo (pensões) correspondentes ao ano corrente.
- 3) Na eventualidade de não estarem sujeitos a IRS, deverão apresentar documento comprovativo da isenção, emitido pela Repartição de Finanças do Concelho.

CAPITULO V

Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão em loteamentos de iniciativa municipal

Artigo 13º

(Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão em loteamentos de iniciativa municipal)

Por orçamento/Por loteamento

CAPÍTULO VI

Administração geral

SECÇÃO I

Preços por concessão de documentos

Artigo 14º

(Fornecimento de cassetes audio e em suporte digital)

- | | |
|---|-------|
| 1) Fornecimento de cassetes audio para reprodução ou cópia de gravações, reuniões ou sessões (incluindo gravação) | 2,44 |
| 2) Fornecimento de cassetes de video (incluindo gravação) | 12,39 |
| 3) Fornecimento de suportes digitais (incluindo gravação): | |
| a) CD | 6,19 |
| b) Disquete | 2,44 |

Artigo 15º

(Preços praticados pelos Serviço de Reprografia e Informática)

- | | |
|---------------------------------|------|
| 1) Por cada Fotocópia | |
| Formato A4 (frente) | 0,10 |
| Formato A4 (frente e verso) | 0,20 |
| Formato A3 (frente) | 0,23 |
| Formato A3 (frente e verso) | 0,41 |
| 2) Por cada Impressão | |
| Até formato A3 a cores (frente) | 0,30 |

Até formato A3 a cores (frente e verso)	0,55
Até formato A3 a preto e branco (frente)	0,12
Até formato A3 a preto e branco (frente e verso)	0,20
2) Encadernações, formato A4	3,09

Artigo 16º

(Preços praticadas pela Biblioteca Municipal de Vendas Novas e pelo Espaço Internet - Vendas Novas Digital)

1) Aluguer da sala de formação com equipamento - Valor hora	14,33
2) Aluguer de Videoprojector - Valor hora	8,61
3) Por cada fotocópia:	
Formato A4	0,10
Formato A3	0,23
4) Por cada impressão (Laser):	
Até formato A4 a preto e branco (frente)	0,12
Até formato A4 a preto e branco (frente e verso)	0,20
5) Por cada impressão (Jacto de Tinta):	
Até formato A4 a preto e branco (frente)	0,16
Até formato A4 a preto e branco (frente e verso)	0,30
Até formato A4 a cores (frente)	0,35
Até formato A4 a cores (frente e verso)	0,58
Formato A3 a cores (frente)	0,58
Formato A3 a cores (frente e verso)	1,03
Formato A3 a preto e branco (frente)	0,30
Formato A3 a preto e branco (frente e verso)	0,45
6) Suportes de Gravação	
Disquete	0,80
CD	0,69
DVD	1,14
7) Pela segunda via do cartão de utente da Biblioteca Municipal	1,89

CAPÍTULO VII

Diversos

SECÇÃO I

Venda de plantas e animais

Artigo 17º

(Venda plantas, arbustos e árvores)

A venda de plantas, arbustos e árvores será efectuada pelo preço de custo.

Artigo 18º

(Venda de animais)

Venda de patos e gansos, cada	31,09
-------------------------------	-------

SECÇÃO II

Arrendamento de quiosques, estabelecimentos de restauração, bebidas e outras actividades comerciais

Artigo 19º

(Arrendamento de quiosques)

O arrendamento de quiosque será objecto de contratação nos termos legais.

Artigo 20º

(Arrendamento de estabelecimentos de restauração, bebidas e outras actividades comerciais)

O arrendamento de estabelecimentos de restauração, bebidas e outras actividades comerciais será objecto de contratação nos termos legais.

SECÇÃO III

Cinema

Artigo 21º

(Cinema)

1. Bilhete de entrada - Adultos	3,00
2. Bilhete de entrada - Infantil	1,50

CAPÍTULO VIII

Tarifas pela utilização de máquinas, veículos e equipamentos de propriedade municipal

Artigo 22º

(Disposições gerais)

A Câmara Municipal porá à disposição de outros municípios, das juntas de freguesia, associações de moradores e entidades não lucrativas com fins sociais, culturais, educacionais ou desportivos, desde que isso não implique atrasos nas execuções de obras por administração directa do Município, o conjunto de máquinas, equipamentos e veículos a seguir discriminados.

Artigo 23º

(Tarifas a liquidar pela utilização de máquinas, veículos e equipamentos da C M V N)

As Tarifas a liquidar pela utilização de máquinas, veículos e equipamentos da Câmara Municipal, nas condições previstas no artigo anterior, são as seguintes:

1 - Máquinas:	
1.1 - Rectro-escavadora, por hora	36,06
1.2 - Pá carregadora, por hora	52,23
1.3 - Moto-niveladora, por hora	73,38
1.4 - Dumpers, por hora	17,04
2 - Equipamento:	
2.1 - Cilindro, por hora	18,85
2.2 - Compressor Atlas Copca, por hora	16,42
2.3 - Betoneiras, por hora	17,41
2.4 - Autobetoneira, por hora	29,80
2.5 - Giratória, por hora	86,08
2.6 - Tractor de Rastos Hitachi, por hora	97,38
2.7 - Tractor Tipo Agrícola, por hora	27,24
2.8 - Camioneta MAN (21.33.QG), por hora	32,02
2.9 - Camioneta MAN (06.62.LV), por hora	65,85
2.10 - Camioneta MAN (QQ.74.83), por hora	52,62
2.11 - Máquina de cortar alcatrão, por hora	14,22
2.13 - Caldeira de alcatrão, por hora	23,09
2.14 - Carros de Recolha de Lixo, por hora	46,13
2.15 - Empilhador Telescópico, por hora	17,41
2.16 - Vassoura Mecânica, por hora	28,80
2.17 - Placa Vibradora, por hora	15,60
2.18 - Cisternas, por hora	16,91
2.19 - Contentores Metálicos, por hora	3,85

2.20 - Corta-Relva, por hora	16,91
2.21 - Depósito de água, por hora	9,60
2.22 - Geradores, por hora	13,07
2.23 - Tractor de Rastos BD10, por hora	63,92
2.24 - Espalhador de Gravilha, por hora	16,91
2.25 - Motoserras, por hora	16,91
2.26 - Martelo Pneumático, por hora	16,91
2.27 - Motocarro, por hora	16,91
2.28 - Camioneta Toyota Dina, por hora	32,02
2.29 - Camioneta Mitsubishi (HV - 58 - 02), por hora	32,02
2.30 - Carrinhas 9 lugares, por Km	0,63
2.31- Autocarro 37 lugares, por Km	1,06
2.32 - Autocarro 51 lugares, por Km	1,18
2.33 - Reboque (limpeza de esgotos) top trailer, por hora	28,80

Artigo 24º

(Disposições Gerais)

- 1 - Ficam isentas de pagamento as juntas de freguesia.
2. Caso o serviço ultrapasse o horário de expediente, o utilizador deverá pagar as horas extraordinárias e ajudas de custo do respectivo operador:
 - a) Durante a semana, por hora
 - b) Aos fins de semana e feriados, por hora
 - c) As Colectividades e Instituições sem fins lucrativos, beneficiarão de uma redução de 50% deste tarifário
3. A Câmara Municipal, por decisão fundamentada, poderá conceder isenções ou reduções superiores ao previsto no número anterior
4. A cedência dos equipamentos referidos no artigo 25º. poderá ser feita a outras autarquias a título de permuta.

4,47
8,09

CAPÍTULO IX

Tarifas por execução de Pavimentos

Artigo 25º

(Calçadas, pavimentos e espaços verdes)

1. Pavimentação/passeios/pavê betão - m2	24,87
2. Pavimentação/passeios/granito - m2	37,32
3. Pavimentação/passeios/vidraço moído - m2	24,87
4. Pavimentação/arruamentos/estacionamento betuminoso - m2	28,62
5. Lancilagem/betão - m.l.	18,66
6. Lancilagem/granito - m.l.	46,02
7. Lancilagem/calçário - m.l.	31,09
8. Espaços verdes - m2	43,58

CAPÍTULO X

Trânsito

Artigo 26º

(Materiais de sinalização, mediante autorização dos serviços municipais)

A substituição de materiais de sinalização será facturada pelo valor do preço de compra acrescido do IVA à taxa legal em vigor, mais 30% de custos de colocação, sobre o valor de compra sem IVA.

CAPITULO XI

Sanções

Artigo 27º

Contra-Ordenações

- 1) Sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, constitui ainda contra-ordenação a violação das normas do presente regulamento, puníveis com coima de 25 a 1000 Euros, no caso de pessoas singulares, ou até 3000 Euros no caso de pessoa colectiva.
- 2) A competência para determinar a instrução dos processos de contra-ordenação e para a aplicação das coimas pertence ao presidente da Câmara Municipal, podendo ser delegada em qualquer dos restantes membros da Câmara Municipal.

CAPÍTULO XII

Entrada em vigor

Artigo 28º

(Entrada em vigor)

A presente Tabela de Tarifas e Preços entra em vigor no dia 2 de Janeiro de 2003.

Nota: Às tarifas previstas, e quando devido, acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Aprovado:

Câmara Municipal: 18 de dezembro de 2013

Entrada em vigor em: 01 de janeiro de 2014